

# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ECOTURISMO E ENSINO DE GEOGRAFIA\*

Luciano Zanetti Pessôa CANDIOTTO\*\*

**Resumo:** O presente artigo visa indicar meios para melhor utilização das Unidades de Conservação, mediante abertura à visitação voltada ao turismo, à Educação Ambiental e sobretudo ao ensino de Geografia, calcado em algumas metas dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo MEC.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação; Ecoturismo; Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino de Geografia; Estado-Nação; Professor; População Autóctone.

## Apresentação

As transformações no espaço neste fim de século, decorrentes de inúmeras e variadas relações entre a sociedade e a natureza (a maioria delas em função do capital) apresentam-se com uma velocidade nunca observada anteriormente. A dificuldade em acompanhar e entender estas transformações preocupa cientistas e outros profissionais, inclusive aqueles ligados à educação, pois é clara a necessidade de novas técnicas e metodologias capazes de permitir a compreensão, adequada às mais variadas classes sociais e etárias, sem deixar de lado a visão crítica da atual dinâmica espacial.

Os avanços da tecnologia, sobretudo no que diz respeito aos transportes e às telecomunicações foram responsáveis pela facilidade no deslocamento e circulação de negócios, mercadorias e pessoas, fato que, apesar de ampliar o domínio econômico dos países ricos (G-7) em relação àqueles que buscam seu desenvolvimento, possibilitou a minimização da importância das fronteiras territoriais, a formação de blocos econômicos e a transnacionalização de diversas empresas, criando uma nova ordem mundial e contribuindo para o fenômeno da globalização, que estabelece novas regras e estratégias para o modelo capitalista de desenvolvimento.

Santos (1999, p.8) ressalta a importância da educação, tanto de interesse social (calcada na manutenção da identidade nacional, busca do progresso e preservação da cultura), quanto de interesse individual (voltada à construção da pessoa, inserção afetiva e intelectual, e promoção pelo trabalho).

Ao expor que as regras ditadas pela globalização vêm alterando drasticamente os objetivos da educação em todo o mundo, haja visto o predomínio da individualidade sobre a solidariedade e a exigência de competitividade e profissionalização precoce frente ao mercado de trabalho, (Santos, 1999, p.08) coloca que se nada for mudado, *"A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes civicos."*

Assim, a formação de uma sociedade politizada e consciente das facetas presentes na dinâmica espacial global é fundamental para se atingir os objetivos presentes

\* "Paper" elaborado para a disciplina Ensino e produção do conhecimento geográfico, ministrada pela Profª. Drª. Alice Y. Asari, no curso de mestrado em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

\*\* Mestrando no Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.



e futuros de qualquer nação, bem como recuperar uma autonomia perdida devido à subordinação econômica aos países mais ricos, que impossibilita um desenvolvimento sustentado nas particularidades e recursos próprios das países em desenvolvimento. Portanto, consideramos que a educação é o fator mais importante rumo à constituição de tal sociedade.

Paradoxalmente, em países como o Brasil nos deparamos com uma política neo-liberal, onde o mercado dita as regras e influencia quase todas as decisões de ordem política, econômica, social e ambiental, enquanto o Estado-Nação, que deveria subsidiar setores básicos como a educação e a saúde, prioriza a sustentação da economia tradicional que, por sua vez, é dependente dos interesses de grupos e empresas transnacionais.

Nesta ótica, podemos afirmar que o sistema educacional brasileiro é ineficiente e conservador. Além da falta de recursos financeiros, de material didático e de professores devidamente qualificados, o Brasil mantém um padrão conservador de educação, calcado no livro didático, pouca reciclagem dos professores, compartimentação estanque das disciplinas e desvinculação da educação formal com temas cotidianos como ética, cidadania, educação ambiental, entre outros.

Na tentativa de amenizar alguns problemas referentes à educação, o Governo Federal, através do MEC (Ministério da Educação e do Desporto) elaborou os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) que objetivam auxiliar os professores do ensino fundamental e médio a trabalhar de forma integrada e interdisciplinar, ou seja, através da junção dos conhecimentos propiciados por cada disciplina, enfatizando as interfaces e a proximidade delas com o cotidiano do aluno.

Foi baseado em algumas metas dos PCN's da área de Geografia e do tema transversal Meio Ambiente que buscamos trabalhar a importância das Unidades de Conservação, e de outras áreas onde se desenvolve alguma atividade de lazer ou turismo ligado à natureza, na formação e aprendizado dos alunos. A possibilidade de visita a uma dessas áreas, geralmente controlada pelo Estado, possibilita ao professor trabalhar com seus alunos conceitos e categorias básicas da Geografia e da questão ambiental, e contribui para a construção de uma visão integrada e crítica sobre as transformações decorrentes da ação antrópica, seus motivos e objetivos.

Portanto, consideramos interessante fazer um breve relato sobre alguns aspectos do turismo e do ecoturismo no Brasil (enfocando Bonito-MS), os tipos de U.C.'s (Unidades de Conservação) no Brasil e, por fim, as categorias e metas dos PCN's vinculados à nossa proposta.

### **Algumas considerações sobre o ecoturismo no Brasil**

A maioria das localidades voltadas ao turismo no Brasil foi concebida sobre os atrativos naturais presentes no território, sobretudo praias, porém a concepção estritamente economicista, tanto dos órgãos estatais quanto das empresas privadas, acelera a descaracterização das paisagens e faz com que a população autóctone, além de não ser respeitada e consultada, continue à margem dos lucros advindos do turismo.

O dinheiro proveniente da atividade turística tende a retornar para os políticos locais e empreendedores de grandes cidades, que com condições estruturais e administrativas conquistam o mercado e acabam se apropriando do trabalho e dos bens que o habitante nativo possuía. Consequentemente, a migração de pessoas profissionalmente qualificadas para ocupar os melhores empregos na recepção do turismo provoca o



emprego para a população local, que acaba ocupando os cargos subalternos e/ou demais restantes.

Outro grave problema diz respeito à saturação de áreas turísticas decorrente da visitação desordenada e da alta estacionalidade, onde a concentração de pessoas é várias vezes maior que o normal e se dá nos feriados e no período de férias. As consequências da saturação podem comprometer a própria atratividade do local, pois com o número excessivo de turistas, os serviços de infra-estrutura básica não são suficientes para suprir a demanda, gerando problemas como o descontentamento e o desinteresse do turista, a descaracterização da paisagem, um novo e acelerado ritmo de vida para a população autóctone, aumento nos preços de mercadorias e queda na qualidade dos serviços e dos atrativos. Cidades litorâneas com grande atratividade turística como o Rio de Janeiro, Recife, Santos, Porto Seguro, Fortaleza, Guarujá, entre outras apresentam esse problema de difícil solução.

A mesma concepção economicista aliada à falta de planejamento e gestão do turismo são os fatores responsáveis pelos impactos ambientais e culturais que prejudicam a vida útil do local.

O excesso de turistas é o principal componente do chamado turismo de massa que tende a perder espaço no mercado turístico, pois reproduz os problemas da vida urbana. Algumas medidas poderiam minimizar os impactos da saturação, como por exemplo, o incentivo ao turismo fora de temporada, com preços mais baixos e para demandas específicas, como idosos e grupos escolares; controle e fiscalização da demanda turística, através da determinação da capacidade de carga; e o mais importante que seria uma nova política para o tratamento do turismo no Brasil, onde a população residente tivesse reais condições de participar das decisões na implantação, bem como nos lucros provenientes do turismo.

Em contrapartida, as paisagens naturais onde destacam-se a tranquilidade e o contato com a natureza são cada vez mais procuradas pelos turistas, devido ao descontentamento com o turismo de massa. Esta feição do turismo foi denominada turismo ecológico, hoje chamado de ecoturismo.

(Cavaco, 1996, p.104) afirma que

*"a concentração e homogeneização da oferta de férias faz sentir a necessidade de formas alternativas, diferentes de turismo, mais harmoniosas nos seus aspectos naturais, culturais e locais: contatos e partilha de experiências e saberes entre visitantes e população autóctone".*

No Brasil, apesar da grande potencialidade, o ecoturismo infelizmente vem sendo explorado ainda de forma incipiente e nos moldes do turismo convencional, onde os principais agentes continuam sendo os grandes empreendedores e políticos, que implantam e administram atividades com equipamentos extremamente elitistas e voltados à demanda internacional e altamente capitalizada, enquanto persistem os problemas de infra-estrutura básica em vários municípios.

A cobrança de altas taxas de entrada e o desrespeito ao modo de vida e ao conhecimento empírico da população que há tempos habita tal lugar intensificam a segregação entre os detentores do capital, que podem pagar para usufruir dos atrativos e aqueles que, por não possuírem dinheiro, são impossibilitados de conhecer áreas com



algum desenvolvimento turístico. Daí ocorre a mercantilização e apropriação de paisagens, que teoricamente, não poderiam ser de exclusividade de poucos.

Os grandes hotéis da Amazônia e Pantanal, construídos por volta de 1975 são exemplos de apropriação da natureza e da segregação imposta nesses lugares, haja visto que a maioria da população brasileira não tem ideia da existência dos mesmos. Por volta de 1985 começaram a surgir os agentes operadores de turismo ligados à natureza, mas é após a conferência mundial sobre o meio ambiente Eco-92, realizada no Rio de Janeiro que o número desses agentes aumenta consideravelmente e é também nesse período que o termo ecoturismo substitui o turismo ecológico<sup>1</sup>

Em 1994 a Embratur juntamente com o Ministério do Meio Ambiente cria as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, com o intuito de disseminar a atividade no país. Nesse documento o ecoturismo é conceituado como

*“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”.* (Embratur, 1994, p. 19)

Entendemos que este conceito é abrangente e atualizado às questões acadêmicas em voga como a sustentabilidade<sup>2</sup>. Contudo, para se atingir os objetivos inseridos em tal conceito, se faz necessária uma mudança na política de desenvolvimento do atual Governo Federal, pois fica complicado falar em sustentabilidade em um país onde o Estado-Nação é cada vez mais ausente, frente a livre concorrência do mercado.

## O caso de Bonito-MS

Em Trabalho de Campo realizado junto a disciplina do curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, intitulada *“Geografia do Turismo e a Organização do Espaço”*, ministrada pelo prof. Dr. Armando Garms, em abril de 1998, pudemos observar um bom exemplo ligado ao ecoturismo no Brasil no município de Bonito-MS, onde apesar das singulares belezas cênicas naturais, o mesmo vem sendo usado mais como um *slogan* para atrair os turistas e o lucro, haja visto que: grande parte das áreas voltadas para o turismo são particulares e cobram altas taxas de visitação, e a maioria dos donos de comércio, bem como os produtos comercializados são de fora da cidade, ou seja, valoriza-se pouco a produção artesanal local.

O fato do município não possuir plano diretor, plano de gestão do turismo, além da população autóctone não participar das decisões mais importantes, contribui para a depreciação do ecoturismo no município. Entretanto, algumas medidas tomadas em Bonito servem como exemplo para outras destinações turísticas, pois valorizam a força de trabalho e o conhecimento dos nativos.

Uma delas diz respeito ao emprego dos moradores locais como guias de turismo, pois são eles que melhor conhecem a região e possuem um vínculo afetivo com

<sup>1</sup> Anotações da mesa redonda “Ecoturismo no Brasil”, do I Encontro Nacional de Turismo com Base Local, realizado na FFLCH/USP, no período de 01 a 03 de maio de 1997.

<sup>2</sup> Apesar da intensificação das discussões na academia sobre o conceito e objetivos da sustentabilidade, ainda não se chegou a uma teorização científica comum. Porém a (União Mundial para a Conservação, apud. Embratur, 1995, p.11), define desenvolvimento sustentável como *“um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível”*.



Bonito-MS. Consequentemente, o maior interesse pela conservação dos atrativos e manutenção do turismo provém destes guias locais, pois sem tal atividade o desemprego é quase certo e a possibilidade de mostrar às pessoas as riquezas naturais ali presentes tende a acabar.

Para se tornar guia em Bonito-MS é necessário um curso específico e que a pessoa viva no município por no mínimo 5 anos. A principal função dos guias é conduzir os turistas aos atrativos, além de passar informações gerais, responder aos questionamentos que surgirem, colocar regras sobre comportamento e os cuidados a serem tomados.

O acesso gratuito aos atrativos para a população local e a preocupação com a educação ambiental e educação para o turismo nas escolas de Bonito-MS também são ações que contribuem na busca do verdadeiro desenvolvimento de um turismo não só preocupado com o retorno econômico, mas que leve em consideração os aspectos socioculturais e ambientais. Entretanto, muito ainda tem que ser feito.

Com o intuito de preservar e/ou conservar os elementos naturais, principalmente os rios que constituem a maior atração, grande parte das localidades onde se desenvolve o turismo em Bonito-MS foi transformada em Unidade de Conservação. A gruta do Lago Azul que foi tombada pelo governo Estadual, é controlada pela SEMAT (Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul) e apresenta as seguintes regras: 1) capacidade de carga limitada à 15 pessoas por vez; 2) não tocar nas rochas onde cai água; 3) não tocar na água do lago; 4) não falar alto e fazer barulho.

Já as propriedades particulares receberam o título de RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural), que possibilita um certo manejo da área pelo proprietário, desde que planejada pelo IBAMA e voltada à educação ambiental, pesquisa e turismo. Os tipos de U.C.'s e mais detalhes sobre as RPPN's serão abordados a seguir.

## As Unidades de Conservação

No mundo todo a preferência por áreas protegidas é uma característica essencial do ecoturismo, pois são nelas que as feições naturais de cada bioma predominam na paisagem. Contudo, no Brasil existem inúmeras áreas particulares que poderiam desenvolver o turismo nos diversos biomas que compõem o território nacional, que são: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Floresta de Araucária, Campos do Sul, Manguezal e Zonas Costeiras Insulares. Embratur (1994, p.14). Porém, a realidade mostra que esses biomas estão sendo constantemente destruídos e pouco vem sendo feito para mudar a situação, inclusive no que se refere ao turismo.

Segundo o Atlas das U.C.'s do Estado de São Paulo, elaborado pelo Governo Estadual, cerca de 4% do território brasileiro é hoje ocupado por Unidades de Conservação, que são distribuídas entre Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Terras Indígenas, entre outros. Dessas U.C.'s apenas as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas não podem receber visita turística, porém as outras, onde o turismo controlado é permitido, são pouco utilizadas devido à falta de infra-estrutura e planejamento adequado para a recepção de turistas.

As U.C.'s apresentam vários objetivos, mas decidiu-se destacar os mais importantes em relação ao ecoturismo, sendo eles:



- Estimular alternativas de atividades econômicas que, com o uso sustentado dos recursos naturais, promovam a associação do desenvolvimento com a conservação ambiental, servindo também para proteger modos tradicionais de uso dos recursos naturais e dos ecossistemas, permitindo sua evolução auto-determinada;
- Proteger sítios de interesse arqueológico, geológico, geomorfológico, paleontológico e espeleológico, entre outros;
- Conservar as belezas cênicas;
- Promover atividades de educação ambiental, recreativas e científicas;
- Fomentar o uso racional e sustentado dos recursos naturais através de áreas de uso múltiplo;
- Assegurar melhor qualidade de vida para as populações dentro e fora das U.C.'s. (Governo do Estado de S.P., 1996, p. 06).

Novamente nos deparamos com objetivos importantes, mas de difícil concretização na atual conjuntura política e econômica brasileira. Diegues (1997) critica o modelo de U.C.'s adotado pelo Brasil, que é o mesmo dos Estados Unidos, onde a idéia de proteção está desvinculada da presença humana nas U.C.'s. O que interessa é manter a natureza intocada e intocável para ser explorada como mercadoria.

Os detentores do poder frente as U.C.'s, desconsideram a relação estabelecida entre as comunidades autóctones com a natureza e o conhecimento adquirido em anos de convivência harmônica. Ao relatar a relação entre população tradicional e preservacionistas puros, (Diegues, 1997, p. 99) coloca que

*“O conflito tem uma dimensão política, pois o Estado impõe sobre espaços territoriais comunitários, onde vivem as populações tradicionais, um outro tipo de espaço: o público, de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores.”*

No que diz respeito ao turismo, seria crucial uma integração entre os saberes das populações tradicionais, a proteção da natureza e a visitação às U.C.'s para fins educativos, turísticos e científicos. Isto poderia ocorrer por meio do que Moscovici apud Diegues (1997, p.99) chama de *novo naturalismo*, calcado em movimentos sociais que buscam no respeito à diversidade cultural, uma base para a manutenção da diversidade biológica, através da participação democrática na gestão dos espaços territoriais.

Segundo a Embratur (1994) os principais problemas na implementação e gerenciamento das U.C.'s dizem respeito à falta de qualidade e quantidade dos recursos humanos; a inadequada infra-estrutura e a falta de regularização fundiária nessas áreas. Contudo, Boo apud Serrano (1998, p.111) apresenta a seguir algumas vantagens da visitação turística nas U.C.'s:

- a possibilidade de uma maior integração das U.C.'s com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;
- a circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação;
- o aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer;
- a adesão de visitantes às tarefas de fiscalização;
- a facilidade do controle sobre grupos organizados;



- a divulgação da própria unidade e o estabelecimento de "redes" de interessados em sua manutenção."

Outras áreas de conservação que vêm sendo constantemente utilizadas para fins turísticos são as RPPN's (Reserva Particular de Patrimônio Nacional), onde segundo Wiedmann (1997) o proprietário, ao solicitar o tombamento de suas terras, tem isenção de ITR (Imposto Territorial Rural) e prioridade no projeto de financiamento federal. As atividades básicas propostas pelo IBAMA nessas reservas são a educação ambiental, a pesquisa científica e o ecoturismo. Qualquer propriedade ao ser declarada RPPN deverá seguir as normas do IBAMA e não poderá mais ser explorada aleatoriamente. Hoje existem mais de 100 RPPN's, das quais cerca de 40% desenvolvem o ecoturismo. (op. cit.)

Assim, pode-se constatar que áreas para o desenvolvimento do ecoturismo não faltam no país, mas o descaso político no que se refere ao adequado planejamento, fiscalização e gerenciamento dessas áreas, nos conduz à marginalidade na recepção de turistas em nível mundial.

Na tentativa de definir um manejo sustentável para as U.C.'s, que respeite a população autóctone, os elementos naturais e propicie conhecimento aos visitantes, (Diegues, 1997, p.101) coloca que "*os moradores tradicionais podem desempenhar o papel de guias locais, ensinando aos visitantes o que sabem sobre o mundo natural e introduzindo-os numa cultura distinta, baseada no convívio íntimo com a natureza e seus ciclos.*"

Desta forma, estaríamos no caminho da verdadeira concepção de sustentabilidade no turismo, pois haveria uma integração entre a população autóctone, os visitantes e a natureza.

Dentro dos objetivos do ecoturismo bem como dos objetivos das U.C.'s, estão presentes tópicos que evidenciam a educação ambiental. (Barreto, 1991, p.53) reforça essa idéia colocando que com o turismo, "*dependendo das regiões, podem ser pensados projetos integrados à natureza, co-relacionados com a agricultura e até com programas educativos sobre ecologia para crianças e adolescentes*". É nesse âmbito que optou-se por propor algumas formas de se ensinar e produzir o conhecimento geográfico, pois entendemos que as U.C.'s, as RPPN's e outras áreas não tombadas podem desenvolver o ecoturismo e unir essa atividade à educação ambiental e a outras disciplinas.

## O ensino de Geografia via ecoturismo

Por medida de segurança e da própria capacidade de absorção de conhecimento, considerou-se importante restringir a proposta a partir do 4º ciclo do Ensino fundamental e ao ensino médio, ou seja, aos adolescentes de mais de 13 anos.

Entendemos que a visitação de alunos a uma Unidade de Conservação ou a um destino ecoturístico, além das atividades que cada lugar propicia, desperta o interesse destes na dinâmica ambiental e ocasiona uma série de questionamentos que aguçam o aprendizado. Para esse tipo de atividade, a metodologia assemelha-se às utilizadas nos Estudos do Meio interdisciplinares, proposta por Pontuschka (1994) e nos Trabalhos de Campo geográficos.

Consideramos que quatro etapas fundamentais devem ser seguidas, sendo elas:



\* planejamento da visita e discussões teórico-metodológicas entre professores e guias da localidade, com o intuito de estabelecer regras de comportamento básicas para as crianças e adolescentes, bem como as atividades a serem realizadas;

\* levantamento de material bibliográfico, fotos, informações secundárias e mapas com os alunos para a realização de um estudo preliminar das informações existentes sobre o local a ser visitado, e formulação de algumas hipóteses. Isto é importante para o primeiro contato teórico dos alunos com o meio a ser visitado.

\* visita "in loco", onde os alunos devem utilizar as cadernetas de campo para anotar as informações e ensinamentos do professor e do guia através de explicações e, o mais importante, aprender a fazer a leitura da paisagem através da observação e da discussão com outros alunos e professores;

\* sistematização das informações coletadas e resultados do trabalho, onde aconselha-se fazer uma síntese através da produção de material didático, que pode realizar-se com exposição de fotos, desenhos, mapas, maquetes, etc, bem como uma discussão posterior à visita, sobre as conclusões, os problemas e as vantagens do local estudado. Esta fase caracteriza a de produção do conhecimento geográfico.

Acreditamos que o ecoturismo contribui para o contato das crianças e adolescentes com a natureza, fato raro nas cidades, ao mesmo tempo que desperta a curiosidade pelas questões ligadas ao meio ambiente e a outros modos de vida. Para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem em áreas ecoturísticas, é necessário que o Estado apoie metodologias de ensino que criem condições tanto para a estruturação de áreas turísticas especializadas em educação ambiental, quanto para a visitação gratuita dos grupos escolares, principalmente das escolas públicas.

Áreas piloto poderiam ser planejadas e gerenciadas pelo Estado, com apoio de estagiários de faculdades e universidades para suprir a falta de recursos humanos. Nessas áreas, para os alunos do ensino médio, algumas noções de sustentabilidade já seriam possivelmente trabalhadas se o Estado se preocupasse com o desenvolvimento de práticas sustentáveis nesses locais, como incentivo à separação e reciclagem de lixo, uso de adubos orgânicos e produtos biodegradáveis, restrição à poluição visual e sonora, rotação de culturas, entre outras.

Cabe ao professor programar a atividade com seus alunos e com os responsáveis pela área a ser visitada. Segundo o (PCN's Meio Ambiente, 1997, p.48) o professor deve

*"oferecer aos alunos a maior diversidade possível de experiências, uma visão abrangente que englobe diversas realidades e, ao mesmo tempo, uma visão contextualizada da realidade ambiental, o que inclui, além do ambiente físico, as suas condições sociais e culturais".*

A responsabilidade e criatividade do professor são cruciais para o êxito da atividade. Orientações sobre o comportamento, a avaliação e a importância do estudo devem ser enfocados aos alunos. O professor também tem a função de questionar e buscar as interfaces observadas nas paisagens, bem como trabalhar com as categorias e conceitos básicos propostos pelos PCN's.

A observação da paisagem ainda visualmente natural permite uma comparação com o espaço cotidiano dos alunos (que geralmente é urbanizado). Os guias e professores podem indicar as diferentes relações ocorridas nessas áreas, a partir da abordagem ecológica.



Carvalho, coloca que *"a abordagem ecológica tem o grande mérito de superar a imposição dos limites que os homens se impõem a si mesmos na busca de suas realizações sociais, tendo como pano de fundo a própria natureza"*. Entretanto, (op.cit.) *"quando se fala na questão ambiental, ou se leva em conta que a relação homem-natureza é uma relação desigual, (que é econômica e política por excelência), prepondera a relação homem-homem, também desigual e desproporcional"* (1986, p.48.)

O que Carvalho propõe acima é algo que deve ser muito bem compreendido pelo professor para que este tenha condições de repassar aos alunos. A abordagem ecológica determinada pela relação homem-homem não separa a natureza das ações antropicas, fato que contribui na assimilação sobre a integração entre sociedade e natureza.

A cartografia também deve ser enfocada nas saídas de campo, através do uso de cartas topográficas, mapas temáticos, imagens de satélite e fotografias aéreas, de modo que se trabalhe com a noção de espacialidade, ou seja, de localização espacial dos aspectos geográficos. Por meio de mapas temáticos, os alunos podem conhecer os elementos separadamente, como geologia, uso do solo, entre outros, e posteriormente com o auxílio do professor, integrá-los e associá-los a evidências presentes na paisagem.

É importante colocar que ensinar de forma integrada requer conhecimento, criatividade e muita dedicação do professor, pois a separação entre as várias áreas da ciência dificulta a noção da integração entre elas por parte dos alunos.

Carvalho (1986) faz uma crítica ao detalhamento de conhecimentos estanques no ensino de Geografia, como Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Biogeografia, Climatologia, etc. e ao distanciamento entre homem e natureza no ensino médio. Para o autor, *"é a abordagem do quadro físico que deve incluir o homem, naturalmente, não o livro didático ou o curso que se pretende dar"*.

Portanto, consideramos que os trabalhos extra sala de aula podem utilizar a abordagem do quadro físico como ponto de partida (que teria como principal aspecto visível a paisagem), para se compreender as relações que o homem estabelece com os elementos da natureza.

## Os PCN's no contexto da proposta

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) vêm como tentativa de melhorar a inter-relação entre os professores, os alunos e o conteúdo das disciplinas, (que normalmente são estudadas separadamente). Além das disciplinas básicas de Geografia, História, Português, Matemática, Ciências Naturais, Arte e Educação Física, criou-se os eixos transversais: Ética e Cidadania, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural.

Além da inserção da Geografia no eixo de Meio Ambiente e Pluralidade Cultural esta disciplina também pode contribuir na formação Ética e da Cidadania do aluno. As desigualdades sócio-econômicas entre os homens e suas causas devem ser enfocadas, concomitante à necessidade de se respeitar a fauna, a flora e o próximo, haja visto que somos seres de um único planeta e que precisamos entender suas leis para a melhoria da qualidade de vida.

Segundo o PCN de Geografia, as categorias básicas a serem trabalhadas são paisagem, lugar, espaço e território, enquanto que no tema transversal Meio Ambiente os principais conceitos são: meio ambiente, proteção, preservação, conservação, recuperação e sustentabilidade. Na academia tais conceitos ainda são muito discutidos e aprofundados,



porém o PCN traz definições simplificadas e objetivas, para que o professor tenha condições de compreender e repassar o conhecimento aos alunos. É de suma importância que o professor trabalhe com a explicação dos conceitos de forma diferenciada conforme o nível escolar da turma.

Dentro da nossa proposta de saída com os alunos a uma Unidade de Conservação, acreditamos que é possível ao professor abordar todas estas categorias e conceitos no decorrer da visita, porém destacaremos aqui algumas reflexões em relação a paisagem, que são fundamentais para o estudo da Geografia.

Na Geografia as paisagens podem ser consideradas um ponto de partida para se compreender a organização do espaço. Através da observação e leitura da paisagem muito pode ser descoberto. No meio acadêmico, a classificação tradicional em paisagem natural e paisagem artificial ou urbanizada deve ser aceita de forma parcial, pois várias paisagens ditas naturais já tiveram alguma influência direta ou indireta das ações antrópicas, de modo que existem áreas rurais extremamente tecnificadas e/ou humanizadas e, ao mesmo tempo, pequenas cidades do interior onde os aspectos naturais predominam na paisagem.

Segundo Carvalho,

*"o espaço geográfico é um fenômeno de escalas planetárias que, nas escalas locais e regionais, manifesta-se em paisagens com maiores ou menores graus de humanização e aculturação." (...) "as paisagens naturais não apresentam dinâmicas exclusivas e próprias, independentes do que se passa nas paisagens aculturadas." (1986, p.50).*

Portanto, pode-se considerar que não existem paisagens totalmente naturais ou humanizadas, pois em qualquer uma delas a interação entre homem e natureza se faz presente, em escalas diferenciadas. Contudo, quando os aspectos geográficos naturais predominam na paisagem, esta poderá ser denominada como natural e quando ações antrópicas que modificam sua morfologia, através da exploração dos recursos naturais e da instalação de diversos equipamentos tiverem maior destaque na configuração da paisagem, esta poderá ser classificada como artificial ou urbana, porém ambas para fins didáticos.

Segundo Tulik (1981) a morfologia, as características geológicas, as qualidades do clima, a cobertura vegetal, o uso do solo e a organização do espaço constituem a paisagem. Os aspectos naturais de interesse turístico podem ser as planícies, litorâneas ou não, as serras, montanhas, penhascos e colinas; as fontes termais e hidrotermais, as cavernas, grutas, os rios de planície e encachoeirados, entre outros.

Conforme alerta o PCN Geografia (1997), é preciso observar e buscar explicações para os elementos do passado e do presente que estão inseridos na paisagem e que podem ser compreendidos mediante a análise do processo de produção/organização do espaço.

Segundo a (LDB do ensino médio, 1997, p.33) *"é na paisagem e na sua observação sistematizada que vamos buscar as principais questões a serem confrontadas com o material escrito, com os filmes, com a literatura a que o estudante tem ou teve acesso."*

Em uma U.C. a paisagem natural irá predominar, mas a comparação pode ser feita com a paisagem urbana da cidade onde os alunos residem, por exemplo.



A categoria lugar possui uma similitude com a paisagem, porém é a *identidade* de um indivíduo que o identifica, visto que segundo o (PCN, 1997, p. 112), o *lugar*

*“traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos que racionais e objetivos. (...) O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico.”*

Essa categoria pode ser trabalhada através da identificação dos lugares mais importantes para os alunos no cotidiano e àqueles que eles consideraram de maior destaque na visita

Já a palavra espaço é popularmente plurisignificativa e muito utilizada por ciências como a Física, Geografia, Astronomia, etc. Na Geografia, Santos (1988) coloca que o espaço exprime a totalidade real porque junta paisagem e sociedade. No que diz respeito à Geografia, o PCN afirma que *“o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade”* (PCN Geografia, 1º e 2º ciclos, 1997, p. 109). Portanto, o espaço geográfico pode ser trabalhado em várias escalas e situações com os alunos.

O Território para o PCN *“não é apenas a configuração política de um Estado-Nação, mas sim o espaço construído pela formação social”* Tal categoria pode ser considerada como o *“conjunto de paisagens contido pelos limites políticos e administrativos de uma cidade, estado ou país.”* (PCN Geografia, 1º e 2º ciclos, 1997, p. 111) Nas U.C.'s a delimitação territorial da área preservada pode ser estudada junto a Matemática

Os conceitos ligados ao tema Meio Ambiente são perfeitamente aplicáveis às U.C.'s e destinações ecoturísticas, como proteção, preservação, conservação, recuperação e degradação. O termo meio ambiente não deve ser entendido como restritivo ao natural e sim como representação social, segundo o próprio PCN, que ressalta a importância da compreensão dos conceitos, em primeiro lugar pelos professores e posteriormente pelos alunos.

O termo degradação envolve algum tipo de alteração na dinâmica natural do ambiente, quase sempre antrópica, que prejudica seu funcionamento. O conceito de proteção engloba os demais, que de diferentes maneiras, tentam salvaguardar a biodiversidade faunística e florística brasileira. A preservação implica em manter determinada área de interesse intocada e sem a presença do homem. Já a conservação permite algum uso, desde que não altere significativamente a dinâmica do sistema. Por fim, a recuperação visa restabelecer as características do ambiente original.

O PCN de Meio Ambiente aborda além destes conceitos, a questão da sustentabilidade, baseado no PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que estabelece nove princípios fundamentais para a constituição de uma sociedade sustentável, sendo eles:

*Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;*  
*Melhorar a qualidade de vida humana;*  
*Conservar a vitalidade e diversidade do Planeta Terra;*  
*Minimizar o esgotamento dos recursos não-renováveis;*



*Permanecer nos limites da capacidade de suporte do Planeta Terra;*  
*Modificar atitudes e práticas pessoais;*  
*Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente;*  
*Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação;*  
*Constituir uma aliança global. (ONU, 1991 apud PCN 1997, p. 39).*

O documento da ONU demonstra que tais princípios alicerçam a sustentabilidade, mas da teoria até a prática, uma série de importantes mudanças estruturais no atual modelo de desenvolvimento seriam necessárias, devido ao fato dos princípios não se restringirem apenas a uma correta política ambiental e sim a uma política de desenvolvimento global, onde as questões ambientais e socioculturais fossem consideradas tão importantes quanto as questões de ordem econômica, que atualmente determinam as transformações no espaço.

Alguns objetivos do PCN se encaixam na nossa proposta de aproveitamento de áreas ecoturísticas para a educação. Para tanto, a metodologia no campo deve fazer com que o aluno tenha condições de atingir algumas das metas do PCN, como:

*\* valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia;*

*\* perceber que a sociedade e a natureza possuem princípios e leis próprias e que o espaço resulta das interações entre elas, historicamente definidas;*

*\* relativizar a escala de importância, no tempo e no espaço, do local e do global e da multiplicidade de vivências com os lugares;*

*\* fortalecer o significado da cartografia como uma forma de linguagem que dá identidade à Geografia, mostrando que ela se apresenta como uma forma de leitura e de registro da espacialidade dos fatos do seu cotidiano e do mundo; (PCN Geografia, 3º e 4º ciclos, 1997, p. 65)*

Para tanto, o professor deve introduzir esses objetivos na sua exposição preliminar e conforme as informações passadas pelo guia, além de estar atento aos fatos de maior interesse por parte dos alunos, com o intuito de teorizar o que for possível através das observações dos mesmos.

Nota-se que nas diretrizes para o ensino médio (1997, p.03), o principal objetivo da formação dos alunos é *“a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade para utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.”* Nessa etapa os alunos devem aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a ser

No eixo temático do ensino médio denominado *“Modos de vida e a problemática ambiental”*, vários objetivos estão ligados à compreensão e leitura da paisagem. Os Estudos do Meio e Trabalhos de Campo, conforme aponta a LDB do ensino médio, (1997, p.42), podem *“dinamizar e consolidar a educação geográfica do aluno que dialoga com a paisagem, observa, entrevista pessoas e toma consciência das relações que um determinado espaço tem com espaços de outras grandezas”*. Estes, quando realizados em áreas onde se desenvolve o ecoturismo, podem unir a recreação ao aprendizado e



representar algumas vantagens como a apreciação da culinária local, a orientação dos guias locais e a interação com a natureza e com o estilo de vida rural.

### Considerações Finais

Pela análise realizada, podemos constatar que os PCN's constituem-se em documentos esclarecedores, muito bem elaborados e essenciais para a atualização dos conhecimentos dos professores.

Entendemos que os PCN's indicam as diretrizes e os objetivos para se melhorar a relação professor-aluno/ensino-aprendizagem, porém não indicam como fazer. E aí que são necessárias alternativas viáveis que estejam ligadas à criatividade do professor em relação às atividades de ensino, produção de novas técnicas e materiais e aos recursos financeiros de alunos e da escola.

A leitura aprofundada dos PCN's por parte do professor unida a sua dedicação profissional, são fatores fundamentais para que os objetivos dos mesmos sejam alcançados, haja visto o sucateamento das escolas públicas e do sistema educacional nacional como um todo.

No que diz respeito ao turismo, várias outras medidas estruturais se fazem necessárias para que se consiga um desenvolvimento ligado à sustentabilidade no setor. Todavia, buscou-se aqui estabelecer um encadeamento entre a dinamização das UC's e outras destinações ecoturísticas, com o uso destas para a educação ambiental, ensino de Geografia e de outras disciplinas.

Consideramos que esta proposta é uma alternativa para se trabalhar com categorias básicas, fazer a leitura da paisagem e entender as relações existentes nesse ambiente concomitante ao lazer e a descoberta de novos lugares pelos alunos. Entretanto, sabemos das dificuldades na viabilização de tal atividade e da importância do trabalho em sala de aula, porém as áreas de proteção ambiental ou de beleza cênica próximas dos alunos são as mais indicadas para se estabelecer as interfaces com o ambiente cotidiano e onde a viabilidade do trabalho é maior.

### Referências Bibliográficas

- BARRETO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.
- Brasil. Ministério da Educação. **A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e a Reforma do Ensino Médio**. Brasília, 1997.
- Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais** (versão preliminar). Geografia: terceiro e quarto ciclos. Brasília, 1997.
- Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Geografia: primeiro e segundo ciclos. Brasília, 1997.
- Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Temas transversais: meio ambiente e saúde: primeiro e segundo ciclos. Brasília, 1997.
- CARVALHO, M.B. **A natureza na geografia do ensino médio**. Terra Livre, São Paulo: v. 1, 1986.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: **Turismo e geografia: reflexões teóricas, enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 77-86.



- DIEGUES, A.C. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais.** In: SERRANO e BRUHNS. **Viagens à natureza.** Campinas: Papirus, 1997. p. 85-102. (Coleção Turismo)
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília, 1994.
- EMBRATUR. **Plano de municipalização do turismo.** Brasília, 1995.
- São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Atlas das unidades de Conservação do Estado de São Paulo.** Parte I - Litoral. São Paulo: Metalivros, 1996.
- PONTUSCHKA, N.N. **A formação pedagógica do professor de geografia e as práticas interdisciplinares.** São Paulo: 1994. Tese (Doutorado) - USP.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. Os deficientes cívicos. **Folha de São Paulo**, 24 jan. 1999. Caderno Mais, p. 8, 5c.
- SERRANO, C.M.T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. In: SERRANO e BRUHNS. **Viagens à natureza.** Campinas: Papirus, 1997. p. 85-102. (Coleção Turismo)
- TULIK, O. Reflexões à margem de um tema: geografia e turismo no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo: v.30, p.279-80, 1980-81.
- WIEDMANN, S.M.P. As reservas particulares do patrimônio natural. In: RODRIGUES. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1997. p.37-43.